

ATA N.º 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Auditório Diamantino Melo, na Junta de Freguesia da Vila de Carregosa, a Assembleia de Freguesia de Carregosa. Estiveram presentes nesta sessão Henrique Vieira, Vera Santos e Leonel Silva, respetivamente, presidente, primeira e segundo secretário da Mesa da Assembleia, Constança Melo, João Moreira e Daniela Santos, respetivamente, presidente, secretário e tesoureira da Junta de Freguesia, Florbela Almeida e Frederico Bastos, este em substituição de Alípio Soares, o qual solicitou suspensão do mandato, por motivos de saúde, por um período de 30 dias, nos termos do disposto no artigo 78.º, n.º 1, e no artigo 79.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo PS, Ana Almeida, José Augusto Santos, Patrícia Rocha e António Aguiar, pelo PSD. -----

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, dos nºs 3 e 4 do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo e do nº 2 do Regimento da Assembleia de Freguesia de Carregosa, foi deliberado aprovar em minuta a ata e o conteúdo das deliberações tomadas nesta sessão ordinária, e a seguir discriminadas. ----

Às vinte e uma horas e dez minutos o Presidente da mesa deu início à sessão, começando por cumprimentar e agradecer a presença de todos. Antes de dar início à sessão, propôs que se fizesse um minuto de silêncio pela paz no mundo, acrescenta ainda que é muito triste e comovente ver na comunicação social tantas pessoas a morrer, em particular as crianças sem terem culpa alguma. Cumprido o minuto de silêncio, o Presidente da mesa deu início à assembleia, começando por informar que, por motivos de saúde, o Sr. Alípio Soares solicitou a suspensão do mandato por um período de trinta dias, e chama a pessoa imediatamente a seguir na lista, o Sr. Frederico Bastos, para assumir o lugar, dando-lhe as boas vindas. -----

A bancada do PSD apresentou à mesa um voto de pesar pelo falecimento de Maria Helena Fernandes Duarte, um voto de apelo à Paz no Mundo e um voto de louvor a Tiago Melo, os quais passou a ler a primeira secretária, e a bancada do PS apresentou à mesa um voto de pesar pelo falecimento de Anacleto Ribeiro dos Santos, lido pelo Sr. Frederico Bastos. Tendo sido submetidos a votação, todos foram aprovados por unanimidade, e constarão anexos a esta ata. -----

ATA Nº 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

O presidente da Assembleia deu seguimento à sessão, prosseguindo para o período antes da ordem do dia, submetendo a ata da sessão anterior à apreciação, e não havendo pedidos de intervenção, a mesma foi proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade. A Sra. Ana Almeida da bancada do PSD solicita que sejam retirados os títulos “Dr^a” mencionados na ata, reitera que nesta assembleia somos todos colegas de trabalho enquanto membros desta assembleia de freguesia. Relativamente às atas, o presidente da mesa informa ainda que, a partir desta data, as atas das assembleias de freguesia serão todas publicadas na página da Junta de Freguesia estando, desta forma, disponíveis para consulta por qualquer cidadão. -----

É dada a palavra à Sra. Presidente da Junta para apresentação do relatório de atividades e posição financeira à data de dez de abril, que expôs como se explana a seguir: -----

“Boa noite a todos. Respeitosos cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia, os seus secretários, e todos os membros da assembleia. Respeitosos cumprimentos a todos os presentes. Aproveito este momento para assinalar a aproximação da data de 25 de abril, tão importante para o nosso país e para a nossa sociedade. As comemorações dos 50 anos de democracia iniciaram no dia 23 de março deste ano, dia que assinalou o fato em que o período em democracia (dezassete mil e quinhentos dias) superou em um dia a duração do período de ditadura resultante do golpe de 28 de maio de 1926. Vivemos o momento, em Portugal, em que a democracia superou a ditadura, em que a liberdade superou o autoritarismo. Mas vivemos, também, talvez os tempos mais exigentes e mais desafiadores na defesa da nossa democracia e da nossa liberdade. Particularmente, no nosso território, na nossa comunidade, vivemos também o tempo de regresso a uma normalidade que precisamos reaprender o que é. No rescaldo de uma pandemia que quase congelou as atividades das nossas associações, que dificultou os negócios das nossas empresas, e que aplicou tantas adversidades às famílias, enfrentamos agora a inflação e a escalada dos preços, consequências também desta guerra que todos certamente desejamos que termine o mais rapidamente possível. Como comunidade, acredito que vamos superar mais este desafio. Ao longo dos últimos meses, foram efetuados vários trabalhos na freguesia, alguns deles resultantes dos contactos por parte dos fregueses que usam o horário de atendimento do executivo para exporem os seus problemas. Esta proximidade é imperiosa para tomarmos conheciment

ATA N.º 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

de situações mais particulares e para que seja possível a sua resolução ou encaminhamento no mais curto espaço de tempo possível. Nomeadamente, foi-nos sinalizada a situação da falta de canalização das águas pluviais no Caminho da Presa do Rei, lugar da Seada, tendo sido já regularizada a situação e alisado o caminho com tout-venant. Do mesmo modo, foi feito pedido pelo proprietário da moradia em construção no Caminho do Lobo, em Silvares, para agilizarmos com os serviços municipais a conclusão do caminho para ser possível a conclusão da obra, pedido que já estava em conhecimento do Senhor Vereador à algum tempo. Este caminho irá, assim, ser alargado e concluído brevemente, tornando-se mais uma via de acesso no lugar de Silvares. Em Teamonde, foram colocados tubos para condução de águas pluviais nas bermas na Rua João Rodrigues Borges de Almeida, perto da Capela de Nossa Senhora da Ribeira, e na Rua Joaquim Tavares da Costa, no início da estrada para Vila Cova. Em Azagães, na Rua do Colégio, o proprietário do terreno construiu muro com cedência de espaço para a via, sendo possível proceder ao alargamento da rua a seguir à ponte. Na Arrifaninha, na Rua da Fonte foi feita condução de águas com a colocação de tubo e criação de uma caixa para rega. Depois de vários meses a verificarmos o estado lastimável em que ficava o local junto dos contentores da reciclagem na Rua Padre Alírio de Melo, e tendo em conta a quantidade de ecopontos de reciclagem que existiam no centro da freguesia, tomou-se a decisão de realocar um conjunto para o lugar do Cardeal, onde não havia, e realocar um segundo conjunto para o Largo da Costeira, onde também se verificou a falta destes equipamentos. O centro fica servido com o conjunto que continua colocado na Rua Manuel Santos. Foram também colocadas alças em vários contentores e guias para delimitar o espaço que ocupam. Os colaboradores da junta efetuaram a limpeza de todos os editais da freguesia, na sua preparação para serem restaurados brevemente, estamos a aguardar receber orçamentos, entretanto já pedidos. Fizemos o levantamento das necessidades de placas de toponímia em falta nas nossas ruas, para irem sendo colocadas aos poucos, conforme a disponibilidade de orçamento. A insistência com o departamento de ambiente do município ajudou a que as podas das árvores fossem efetuadas no tempo certo pela freguesia. É importante ressaltar que as árvores que não foram alvo de poda

ATA N° 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

tem a sua justificação: as liquidâmbar se forem podadas podem perder o seu formato natural característico, além de que estão de boa saúde e não exigem poda para o seu desenvolvimento, pelo que o município opta por não intervir nestas árvores. Ao longo destes meses, fomos pugnando junto das entidades competentes para a resolução de problemas que ainda persistem: frequentemente foi notificado o empreiteiro para concluir os trabalhos nas ruas da Fontanheira, João Correia e Padre Joaquim Aguiar; frequentemente insistimos com as Infraestruturas de Portugal para reparar o piso na Rua D. Manuel II, que está lastimável. A junta tem feito alguns reparos nesta rua, com apoio de material do município, mas não é suficiente. Nestes assuntos tivemos o apoio direto do Senhor Presidente da Câmara, que também notificou estas duas entidades, mas é sabido que ainda não tivemos resoluções satisfatórias. As obras no Parque Verde já se aproximam da fase final, a Casa do Parque está em fase de acabamentos. Temos ainda pela frente vários projetos que são necessários executar, nomeadamente, a pavimentação da zona das autocaravanas, reconstrução do Canastro e construção da Eira, construção de mureta em pedra ao redor do terreno à esquerda na entrada, pavimentação da via de acesso ao parque e criação da zona de estacionamento. Tendo em conta o desenvolvimento da situação na Ucrânia, em março a junta de freguesia optou por associar-se à paróquia na recolha de bens, auxiliando também na divulgação da iniciativa. Neste sentido, e tendo em conta também que em Carregosa não dispomos de habitação apropriada para receber refugiados, a junta achou por bem auxiliar na reabilitação da Casa Paroquial de Chave que, ao nosso conhecimento, está a ser requalificada para receber famílias de refugiados. Os colaboradores da junta aceitaram fazer o trabalho, e, assim, doamos um dia e meio de trabalho. Aproveito este momento para deixar uma palavra de enaltecimento a todos os carregosenses que se disponibilizaram para receber os refugiados e ajudá-los neste momento de grande sacrifício. O nosso muito obrigada. Temos acompanhado com preocupação a situação na nossa Zona Industrial, e as queixas crescentes que se fazem ouvir por parte dos nossos industriais. Temos questionado o executivo camarário sobre esta situação, uma vez que já é do conhecimento geral que existe interesse e projeto para a requalificação da zona industrial. O concurso lançado no ano passado ficou deserto, e com isso o executivo optou por melhorar o aviso e já incluir no projeto a colocação de

ATA N.º 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

infraestruturas para água e saneamento em toda a área. De momento, ainda não temos informação de quando será lançado novo concurso, mas o que nos indicam é que será para breve. Relativamente à posição financeira da junta, à data de 10 de abril tínhamos: em saldo bancário 5 419,94€ (cinco mil quatrocentos e dezanove euros e noventa e quatro cêntimos); a receber 8 341,34€ (oito mil trezentos e quarenta e um euros e trinta e quatro cêntimos) de acordos de execução, e créditos de 36 732,16€ (trinta e seis mil setecentos e trinta e dois euros e dezasseis cêntimos) da Adritem, e do protocolo do parque verde com a câmara municipal 3 060,86€ (três mil e sessenta euros e oitenta e seis cêntimos). Temos neste momento débitos a fornecedores de 35 017,15€ (trinta e cinco mil e dezassete euros e quinze cêntimos), sobre os quais continuamos a trabalhar para cumprir, e 29 193,70€ (vinte e nove mil cento e noventa e três euros e setenta cêntimos), que correspondem ao valor final do pagamento da candidatura à Adritem.” -----

No término da apresentação, o Presidente da mesa questiona se há alguma dúvida sobre o exposto, ou alguma questão que seja do interesse da freguesia. A Sr.ª Ana Almeida solicita a palavra referindo que, aquando do alargamento do cemitério e respetiva inauguração, foi retirada para outro local, dentro da capela junto à saída, a placa de Inauguração da Capela na altura inaugurada pelo Presidente da Câmara Ápio Assunção. Sugere que de modo a honrar a história essa mesma placa seja recolocada junto à da inauguração do alargamento do cemitério, concluído que, é meramente uma sugestão. --
No que concerne à Zona Industrial, a Sr.ª Ana Almeida sugere, uma vez mais, “*que o executivo comece já a delinear as necessidades de saneamento, de estacionamento, de escoamento de águas, contatos e possíveis acordos com os proprietários, contactar com empresários e junto com todos preparar o processo de recuperação, reparação e melhoria da Zona Industrial de Carregosa, de modo a não cairmos uma vez mais no erro de não termos tempo de daqui a três anos fazer a intervenção necessária. Temos conhecimento que é necessário um trabalho exaustivo antes de a CMOAZ iniciar qualquer intervenção. Deste modo conseguimos apresentar as verdadeiras necessidades e ter um resultado mais satisfatório. A ZI de Carregosa é uma verdadeira necessidade e prioridade para o desenvolvimento de Carregosa, a qual tem sido*

ATA N° 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

procurada nos últimos tempos, pela sua localização a nível de acessos, mas posta de lado devido à falta de condições que oferece. Este é o tipo de planeamento que é possível ser feito pelo executivo”. A Sra. Ana Almeida refere que “na última assembleia de freguesia de dezembro de 2021, foi dito pela Srª Presidente Constança Melo que “em relação à questão da venda do terreno, o mesmo se trata do terreno adjacente ao Parque Verde cuja venda já foi aprovada em assembleia”, informando que “na única assembleia em que foi proposta a apreciação e votação dessa venda foi em dezanove de Fevereiro de 2021 em que, após várias exposições quanto a ilegalidade desse ponto, a própria presidente de Assembleia de freguesia, Vera Melo, e passo a citar, conforme ata: “a presidente de mesa acrescenta que este ponto carece de mais esclarecimentos, retirando a votação deste ponto, tendo o mesmo ficando somente em apreciação, sem prejuízo de se dar tempo para refletir, sendo levado a votação numa próxima assembleia.” Conclui este ponto afirmando “que até à data este assunto, votação, não foi levado a mais nenhuma assembleia de freguesia pelo que o que a Srª Presidente Constança Melo afirmou está errado e não corresponde à verdade”, terminando assim a sua intervenção. -----

A sessão prossegue, o presidente de mesa questiona o executivo se pretende dar resposta à intervenção efetuada, e a Sra. Presidente Constança Melo refere que relativamente ao segundo ponto irá verificar. A Sra. Ana Almeida reitera que “o ponto foi efetivamente submetido a aprovação, contudo, por falta de informação e intervenções da bancada do PSD, foi considerado que não havia informação suficiente, e poderia estar ferido de ilegalidade, e perante isso ficou de ser analisado, ser novamente apreciado e apresentado para ser votado em assembleia, isto na Assembleia de Fevereiro de 2021”, concluído que nas assembleias seguintes este ponto não foi colocado para apreciação e votação. A Sra. Presidente admite poder ser um lapso, comprometendo-se a verificar. ---

O Sr. António Aguiar solicita a palavra, começando por cumprimentar todos os presentes refere que tem três pontos a apresentar, sendo que a Sra. Presidente da Junta já falou em dois, mas pretende voltar a referenciar a situação dos buracos no alcatroamento, situação que já foi referida antes, e na sua opinião de fácil resolução. Refere que há carregosenses a tapar os buracos nas ruas às suas portas, questiona se há autorização para tal, caso haja, fará o mesmo à sua porta. Alega ainda que, é mau de

ATA N.º 3

Folha 29

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

mais, que esta situação aconteça em pleno século XXI, e que quando há eleições faz-se tudo e só se volta a fazer passados três anos, mostrando a sua indignação. Acrescenta que passados quatro meses, na rua onde mora foram tapados três buracos, e que nos próximos dias para que possa ter acesso à habitação sem ter que se desviar vai tapar os buracos em frente à sua casa. Cita que há coisas que o executivo não pode fazer; contudo, há coisas simples de fazer. Refere a Rua D. Manuel II, admitindo que a Junta de Freguesia não tem autonomia para alcatroar, porém, antes oito dias das eleições teve autonomia para exigir que fosse alcatroada, e alega que atualmente a estrada está em piores condições do que antes. Acrescenta que a Junta de Freguesia tem poder de reivindicação perante a Junta Autónoma das Estradas para que o trabalho seja feito, e conclui que fala com conhecimento próprio, e que não pode acontecer o que está acontecer no centro de Carregosa, pois é mau demais para uma freguesia como a nossa, o que o deixa entristecido, não estando a culpabilizar ninguém, apenas a chamar à atenção para o facto. Um outro assunto que refere é relativamente ao nome da Escola de Carregosa, que tendo sido aprovado numa assembleia de 2017, por unanimidade, para Escola D. Manuel Correia de Bastos Pina, continua sem esta designação, e questiona a Junta de Freguesia sobre o ponto de situação e lamenta a situação. Na sua opinião, seria muito mais prazeroso, para os alunos mencionarem que frequentam a escola D. Manuel Correia de Bastos Pina, e não apenas a escola de Carregosa. Apela para que seja apurada esta situação e na próxima assembleia esclarecida. -----

A Sra. Presidente de Junta toma a palavra, e relativamente à situação do alcatroamento da Rua D. Manuel II, apesar de dar razão ao Sr. António Aguiar, refere e prontifica-se a mostrar as dezenas de emails enviados a pugnar para que a pavimentação fosse feita. O Sr António Aguiar compreende, contudo, não aceita que se tenha alcatroado antes oito dias das eleições, para neste momento estar em piores condições o piso. Não atribuindo na íntegra a responsabilidade à Junta de Freguesia, refere que os Carregosenses são os menos responsáveis por tal situação. Aconselha a Sra. Presidente da Junta a falar diretamente com a Sra. Diretora da Junta Autónoma das Estradas e trazê-la aqui ao local. A Sra. Presidente afirma já ter falado por diversas vezes com Diretora da Junta Autónoma das estradas e reitera que efetivamente o piso se encontra bastante degradado

ATA Nº 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

principalmente no centro de Carregosa, acrescenta que, para além da Junta de Freguesia, o Sr. Presidente da Câmara Joaquim Jorge, também interveio no sentido de agilizar com a maior celeridade possível a reparação do pavimento. -----

A sessão continua, pede para intervir o Sr. José Augusto Santos, que após cumprimentar os presentes, refere a sua envolvência na freguesia, onde faz bastantes caminhadas, referindo que tem sido uma lástima a quantidade de lixo que aparece nos caminhos mais distantes que tem vindo a aumentar exponencialmente, e explica que tendo a Câmara Municipal um serviço gratuito disponível para efetuar recolhas de lixo, a comunicação nesse sentido deveria ser melhorada de forma a chegar a todos os Carregosenses esta informação. Disponibilizando-se para participar, indica que a forma mais eficaz seria alertar e sensibilizar os Carregosenses para a existência deste serviço porta a porta. Um outro ponto que refere é relativo à conduta de águas, alerta para que sejam feitas as valetas na rua que desce de Silvares para Chão da Silva, sob prejuízo de haver fortes inundações caso se mantenha como está, pois, o alcatrão vai sendo destruído pelas águas, diminuindo a largura da via. -----

Em resposta ao exposto pelo Sr. José Augusto Santos, no que se refere ao depósito de lixo, a Sra. Presidente de Junta alega que o maior problema está na falta de valores, não obstante, a informação sobre este serviço deve ser disseminada de forma mais eficaz, e neste sentido, foi pensada a possibilidade de se colocarem etiquetas nos contentores já existentes com os contactos e informação. No que respeita à conduta da água na rua mencionada, Rua de Santo António, efetivamente necessita dessa intervenção, contudo, no imediato não é possível, concluiu a Sra. Presidente da Junta. -----

Toma a palavra o Sr. Frederico Bastos, que começa por cumprimentar os presentes, manifestando orgulho em voltar a ocupar o lugar na Assembleia de Freguesia, mas lamentando, por outro lado, a ausência do Sr. Alípio, a quem deseja rápidas melhoras. Informa que os editais foram afixados por toda a freguesia pelo próprio com ajuda da Sra. Presidente da Junta, a pedido do Sr. Presidente da Assembleia que por motivos de saúde não o conseguiu fazer, e declara que foram colocados vinte e dois editais na freguesia, e no dia seguinte foi verificar e alguns foram retirados do seu local, voltando a colocá-los. Relativamente ao lixo, concorda com o Sr. José Augusto Santos, acrescentando que temos enquanto cidadãos de ser mais responsáveis. No que concerne

ATA N.º 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

à Zona Industrial, no lugar da Fontanheira efetivamente encontra-se bastante degradada, no entanto, relembra que na construção da A32, sendo na altura membro da Assembleia, alertou a Junta de Freguesia para o facto de o empreiteiro ter que retificar o que danificou. O que na realidade fizeram foi colocar uma espécie de cola em cima do piso de norte a sul da Av. Ferreira de Castro. Em conclusão, afirma que a construção da A32 provocou danos que não foram devidamente retificados, e o executivo na altura não pugnou junto da Construtora para que fossem retificados devidamente. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da mesa de assembleia prosseguiu a sessão para a ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Apreciação e votação da prestação de contas do ano 2021. -----

Dada a palavra à Sra. Presidente de Junta, a mesma coloca-se à disposição da assembleia para esclarecer dúvidas, uma vez que toda a documentação relativa à prestação de contas já foi previamente enviada aos membros da assembleia. -----

A Sra. Ana Almeida toma da palavra, afirmando que, esperava algum esclarecimento adicional à documentação enviada, mas não havendo, tem as seguintes apreciações: *“Da nossa parte, pelo que nos foi dado a perceber com base nos documentos enviados temos a seguinte apreciação: Basicamente a execução do orçamento total ronda os 80% e o PPI 62%. O que não é mau de todo. No entanto, gostaríamos de referir que estes 80% estão feridos, de algum modo de transparência perante esta assembleia e todos os carregosenses. Foi apresentado em orçamento para 2021, e apenas para 2021, um investimento de 165 000€ (cento e sessenta e cinco mil euros) no parque verde e de 40 000€ (quarenta mil euros) para o cemitério. No final do ano, temos 53 000€ (cinquenta e três mil euros) investidos e executados no parque verde e 174 000€ (cento e setenta e quatro mil euros) no cemitério. Apesar de se tratar de meras transferências dentro do orçamento, entre rubricas, em nenhuma altura nesta assembleia foi referido que as obras do alargamento do cemitério iriam chegar aos 200 000€ (duzentos mil euros), senão ultrapassar esse valor. E é assim que se executa 62% do PPI, não foi é naquilo que tinha sido inicialmente proposto. A razão pela qual não se cumpriu a totalidade do PPI deve-se ao facto de termos menos 70 000€ (setenta mil euros) de receitas, as quais são fruto do não recebimento da Adritem, e da CMOAZ, isto porque só é possível*

ATA Nº 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

receber destas entidades depois de obra feita, faturada e paga. Em dezembro de 2020, foi referido, pela na altura presidente de junta, que com o valor da Adritem e o apoio da CMOAZ o parque estaria pago. Acontece que durante 2021 apenas executaram 30% do projeto, 52 000€ (cinquenta e dois mil euros), daí termos recebido 34 000€ (trinta e quatro mil euros) da Adritem. Como já referi, o outro investimento do executivo em 2021 foi o alargamento do cemitério. As previsões que foram faladas durante 2021 para valor investido nesta obra rodavam sempre os 100 (cem) a 130 000€ (cento e trinta mil euros) e temos a dezembro de 2021, 174 000€ (cento e setenta e quatro mil euros), com mais a investir em 2022, mas já feito em 2021, de 30 000€ (trinta mil euros), ou seja, ultrapassará os 200 000€ (duzentos mil euros). Ou seja, temos uma derrapagem de cerca de 70 000€ (setenta mil euros) na obra do cemitério, por acaso a mesma receita que deixamos de receber. O investimento no alargamento do cemitério foi sendo pago com a venda das capelas e campas, no entanto, não se pagou na totalidade, e como prova disso temos o pedido que foi hoje a reunião de câmara de pedido de apoio de até 20 000€ (vinte mil euros) para liquidar as obras com a beneficiação do exterior do cemitério, as quais já se encontravam concluídas, não pagas, resta ainda perceber se as faturas estão emitidas ou não... Na reunião de hoje, o Presidente de Câmara referiu que este apoio é possível perante apoio a obra feita mas não paga. Se não estão emitidas, permitam-me um aparte: mas assim sem dúvida conseguem cumprir com os prazos de pagamento a fornecedores, pois se a obra está feita, mas não faturada, não é devida... só temos a responsabilidade... Com isto, questionamos: Se estava previsto a obra no parque verde, que se pagava a si própria com os apoios, porque não foi feita? O parque verde resulta de um investimento de 160 000€ (cento e sessenta mil euros) e terá prazos a cumprir, e estavam previstos em orçamento na sua totalidade para 2021, o facto de apenas estar executado 30% não coloca em causa a execução do projeto e a responsabilidade assumida de 113 000€ (cento e treze mil euros)? Do que está feito, está tudo faturado? E pago? Prevêem finalizar a obra do Parque Verde até final de 2022, conforme orçamentaram em dezembro de 2021? Se o parque verde, orçamentado em 160 000€ (cento e sessenta mil euros), é pago pelos apoios concedidos, ou seja, pelos valores apresentados, a receita irá cobrir a despesa, porque razão continuam a mencionar a pretensão em vender o

ATA N.º 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

terreno por 108 000€ (cento e oito mil euros). Questionamos se já existe algum pré-acordo para esse negócio, uma vez que só desse modo se justifica a continuada e persistente intenção de venda. Ou é para dar resposta à derrapagem no valor do cemitério? Em relação ao cemitério que já custou 174 000€ (cento e setenta e quatro mil euros), que ainda não tem sete meses após inauguração, questionamos: quantas capelas, quantas campas têm disponíveis para venda? Temos campas de reserva, exceto as de carreira, disponíveis? Por que razão o alargamento do cemitério ficou em cerca de 200 000€ (duzentos mil euros)? Tendo por base o que aqui expusemos, tendo por base os constrangimentos de tesouraria que a JF tem para fazer face às responsabilidades já assumidas, depreendemos que quando colocaram no PPI para o ano de 2022 um investimento de 180 000€ (cento e oitenta mil euros) para beneficiação da sede da Junta de Freguesia essa se irá estender para outros anos? Ou já tem algo previsto e planeado? Duas pequenas questões: Estava em orçamento para 2021 uma receita com o protocolo dos CTT 7 000€ (sete mil euros) e apenas se recebeu 2 625€ (dois mil seiscentos e vinte e cinco euros), porquê? Quanto ficou a manutenção do trator e respetivos gastos em 2021, tínhamos previsto 6 000€ (seis mil euros) de combustíveis e 5 000€ (cinco mil euros) para viaturas, e tivemos uma receita de 11 700€ (onze mil e setecentos euros), foi assim mesmo? -----

Dada novamente a palavra à Sra. Presidente, a mesma cede a palavra à Sra. Tesoureira para esclarecer as dúvidas colocadas. Com o objetivo de simplificar e ajudar, a Sra. Ana Almeida pede permissão ao Sr. Presidente de Mesa para colocar as questões individualmente e ser dada a respetiva resposta, e o mesmo autoriza. Relativamente ao Parque Verde, a Sra. Tesoureira responde que são apenas previsões, no caso da obra está em execução e será terminada este ano, a obra foi incluída no PPI no ano transato, está incluída no PPI deste ano prevê-se que fique concluída a nível de PPI em 2022 pelo valor que estava previamente estipulado em 2021, conclui que, referente ao parque verde do valor que transitou para este ano falta apenas um auto, e acrescenta que os pagamentos são efetuados por auto, até à data em relação ao empreiteiro tudo o que tem sido faturado encontra-se liquidado. A Sra. Ana Almeida questiona se houve desenvolvimentos neste sentido desde dezembro até abril, ao que a Sra. Tesoureira

ATA N° 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

responde que sim, houve efetivamente o pagamento de mais autos e resta liquidar um, no valor de cerca de 30.000€ (trinta mil euros). A Sra. Ana Almeida reitera que se o Parque Verde está orçamentado em 160 000€ (cento e sessenta mil euros), que pelo que afirmam que à data de hoje apenas falta pagar uma parte no valor de cerca de 30.000€ (trinta mil euros), assumindo que 60% são pagos pela ADRITEM, ou seja, temos que adiantar o pagamento para sermos reembolsados pela ADRITEM, para além do apoio da Câmara Municipal, a questão é se ainda persiste a necessidade de vender o terreno de 108 000€ (cento e oito mil euros) para realização de receita. Toma a palavra a Sra. Presidente da Junta afirmando que o terreno não está vendido, nem existe nenhum tipo de acordo nesse sentido. No que se refere ao cemitério, ratifica que apenas estão disponíveis as campas de carreira, de momento não existem campas para venda. Questionada se há mais alguma dúvida, a Sra. Ana Almeida refere então que sobre o PPI, a beneficiação da sede da junta, apesar de orçamentada em 2021, não será para ser cumprida para 2022, poderão estudar um pouco mais esta obra. A Sra. Tesoureira explica que é uma pretensão do executivo porque o edifício em si necessita urgentemente de obras de requalificação e optou-se por abrir a rubrica pensando no PPI a quatro anos, com o objetivo de até lá ser possível fazer algo pelo edifício, que tanto necessita. A Sra. Ana Almeida refere ainda as duas questões finais que colocou, sendo que a Sra. Tesoureira indica que por serem valores mais específicos que não tem presente, mas disponibiliza-se para fazer chegar os esclarecimentos. A Sra. Ana Almeida solicita efetuar a questão de outra forma, e pergunta se durante o ano de 2021 o trator teve necessidade novamente de mais intervenções avultadas, sendo esclarecida pelo executivo que teve, tendo a Sra. Presidente referido que o ideal era termos um novo. A Sra. Ana Almeida indica então que não são necessários mais esclarecimentos sobre estes pontos. -----

A Sra. Tesoureira solicita a palavra para esclarecer que sobre a informação prestada na última assembleia de dezembro de que as faturas relativamente ao cemitério estão todas emitidas, e tendo em conta a reunião [da Câmara Municipal] de hoje de manhã, estivemos este tempo todo a articular com a Câmara Municipal para conseguirmos fazer face a essa despesa que são as faturas emitidas. Em relação ao cemitério não há mais nada a emitir, sendo o justificativo ao valor que temos a liquidar. A Sra. Ana Almeida

ATA N.º 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

questiona novamente se as faturas já estavam emitidas em dezembro, sendo esclarecida que a essa data todas as faturas estavam emitidas. A Sra. Tesoureira refere que este investimento é o que o executivo tem estado a lutar para cumprir o mais rápido possível, já gostariam que estivesse, mas como a obra do parque também está a decorrer por candidatura ADRITEM que necessita que se efetue o pagamento da fatura ao empreiteiro para se receber o reembolso, foi necessário dar-se prioridade ao pagamento dos autos. A Sra. Ana Almeida pede mais uma intervenção, para terminar este assunto, questionando se, quando referiu que viu nas contas 174 000€ (cento e setenta e quatro mil euros) em dezembro de 2021 para o cemitério, a este valor acrescenta esse valor de 30 000€ (trinta mil euros)? A Sra. Tesoureira esclarece que o valor total da obra do cemitério foram os 174 000€ (cento e setenta e quatro mil euros), sendo que desse valor faltam liquidar os 30 000€ (trinta mil euros). -----

O Sr. António Aguiar solicita a palavra, indicando que tem algumas observações que gostava de ver esclarecidas. Nas transferências de subsídios concedidos temos instituições sem fins lucrativos, refere haver um erro que devia ser corrigido, pois consta a Melhorhora, Lda com uma ordem de pagamento, que sabe tratar-se de uma empresa. A Sra. Tesoureira esclarece que não se trata de um erro, tendo sido entregue no início da sessão uma declaração justificativa desta alínea neste mapa, referente à doação em género de tinta à Juventude Desportiva Carregosense (JDC). Em termos de contabilidade, como foi doação em género à JDC não foi um donativo feito em dinheiro a Melhorhora, Lda surge neste mapa pela natureza do donativo. O valor foi pago a esta empresa, mas não foi usufruído pela Junta de Freguesia, foi feito o donativo em género para esta associação. O Sr. António Aguiar prossegue, questionando, nas transferências e subsídios recebidos, no tipo de receita 06.01.02.01, que volta a estar referida uma empresa que apresenta donativo de receita prevista de 30 000€ (trinta mil euros) mas apresenta apenas receita recebida de 2 600€ (dois mil e seiscentos euros). A Sra. Tesoureira refere que o mapa é produzido em consultoria e explicar todas as colunas de momento não o consegue fazer, mas poderá ser enviada a questão à consultora para enviar o esclarecimento. O Sr. António Aguiar indica que na assembleia de dezembro foi apresentada uma situação financeira com um saldo negativo de 23 000€ (vinte e três

ATA N° 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

mil euros), e recebeu por email um documento com um saldo positivo do ano 2021 de 7 125,05€ (sete mil cento e vinte cinco mil e cinco cêntimos). Reportando à ata anterior, o Sr. António Aguiar passa a ler: “sobre o valor alocado ao cemitério a Sra. Presidente informa que se trata do valor das faturas de investimento emitidas que transitaram para o ano de 2022, pois não tendo sido pagas em 2021 têm que constar no orçamento para 2022. A Sra. Tesoureira esclarece, também, que todas as faturas associadas às obras do cemitério já foram emitidas e é investimento ainda a liquidar, e como ainda não está pago, tem que transitar”. Terminando, solicita explicação porque existe um saldo positivo de 7 125,05€ (sete mil cento e vinte cinco mil e cinco cêntimos) e existem faturas no valor de 32 000€ (trinta e dois mil euros) por pagar. Isto porque, há cerca de quatro anos, o problema mais grave que existia na freguesia de Carregosa eram faturas por liquidar do executivo anterior no valor de 18 000€ (dezoito mil euros), portanto apenas pretende explicação se é correto este tipo de contas. As faturas estão emitidas, conforme a ata que se acabou de aprovar; e se as faturas estão emitidas, são devidas, e se passam para o ano seguinte, concorda plenamente, mas numa prestação de contas algo está errado, não se pode apresentar um saldo positivo quando se tem faturas por pagar. -----

A Sra. Tesoureira refere o valor ao qual o Sr. António Aguiar se refere é o saldo de gerência, é o saldo existente na conta bancária em dezembro. O somatório das contas finais, entre créditos, débitos, e investimento que foi feito durante 2021 está esquematizado, os 7 125,05€ (sete mil cento e vinte cinco mil e cinco cêntimos) é o valor que constava na conta bancária a essa data, independentemente da dívida a terceiros, e foi o valor a transitar para 2022, perfeitamente com a noção dos cerca de 30 000€ (trinta mil euros) a liquidar em 2022 em relação ao cemitério. A Sra. Presidente solicita a palavra, dirigindo-se ao Sr. António Aguiar em como se sente lesado por ter sido acusado de ter deixado dívida na conclusão do seu mandato, indicando ser do conhecimento de muitos que havia dívida, não havia obra e não havia investimento. Refere, também, a necessidade de aquisição do terreno adjacente ao Parque Verde para se evitar a construção de pavilhões industriais, pois caso contrário o investimento efetuado no mandato anterior teria ficado todo liquidado. -----

Não havendo mais intervenções solicitadas, o Sr. Presidente coloca o ponto a votação.

ATA N.º 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

Submetido a votação, este ponto foi aprovado por maioria, com cinco votos a favor da bancada do PS, e quatro votos contra da bancada do PSD, a qual solicita que fique registada em ata a intenção de voto, conforme explanado a seguir: *“Intenção do voto contra da Bancada PSD Freguesia de Carregosa: A bancada do PSD desta Assembleia de freguesia vota contra, tendo por base o explicado e questionado, entendemos que as contas de 2021 aqui apresentadas são o resultado duma gestão danosa e perigosa para uma freguesia. Andaram quatro anos a julgar contas passadas, e caso as responsabilidades assumidas estivessem efetivamente esplanadas nas contas, tal como se fez no passado perante os investimentos feitos, acabamos estes quatro anos a cobrir investimentos presentes com investimentos futuros, acabamos com derrapagens de 70 000€ (setenta mil euros), acabamos com projetos previstos não executados, originando a situação constrangedora a nível de tesouraria conforme esta JF se encontra. Tal seria desnecessário se, em nossa opinião, não se fosse “com tanta sede ao pote”, se, tal como também alertamos na altura, não fossem tão ambiciosos e pressa na inauguração de obra que se encontrava por pagar. O próprio alargamento do cemitério, que derrapou em grande valor, acabou por se encontrar, conforme referido pelo executivo anterior, com menos ofertas do que há quatro anos, e ainda não tem um ano e já gastos cerca de 170 mil euros. O nosso voto é também uma chamada de atenção para a teoria de “continuidade” que este executivo “vendeu” na campanha eleitoral. Acreditamos que é saudável aprender e assumir que se aprende com os erros, no entanto já não será saudável persistir nos mesmos erros. Há que perceber e saber gerir os dinheiros públicos como algo que não é nosso, nem dos que vêm a seguir.”* -----

Ponto dois: Apreciação do inventário. -----

O Sr. Presidente de Mesa questiona a Sra. Presidente de Junta se tem algo a introduzir sobre este ponto, a qual responde que não, e coloca a questão da assembleia pois a mesma dispõe da lista. -----

A palavra é então dada à Sra. Ana Almeida, que questiona se o inventário “já se encontra atualizado? O software orçamentado para 2022 de 1 500€ (mil e quinhentos euros) é para atualização/registo do mesmo conforme exigido por lei, certo?” A Sra. Presidente informa que o inventário ainda não se encontra informatizado, e confirma

ATA Nº 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

que a rubrica no orçamento sobre o software se refere a este processo de informatização. A Sra. Ana Almeida prossegue para *“alguns reparos a título de apreciação: não consta o artigo 2171 Garagem do Marinheiro, Azagães, que antes era a linha 161 e apareceu nesse mesmo número o artigo Rústico 1175 Mato, Vacaria, que não constava antes. Os terrenos doados pelo Sr. Magano em 2017, aprovados nessa altura, mas devido a mudanças de executivo e gestão de custos do valor dos registos e escrituras, não foram registados em nome da Junta de Freguesia, ainda não estão registados? Vamos ter de proceder novamente a uma autorização à nova Presidente para esse mesmo registo? O terreno de Maria Alcina Pinho Estrela também ainda não foi registado artigo R-2961? Sugerimos que façam uma reconstrução do que foi doado e vendido nestes últimos quatro anos e que façam menção aos mesmos e ponto de situação numa próxima apresentação de inventário, mesmo que já atualizado em software próprio. Como vão proceder à valorização dos móveis e imóveis?”* -----

A Sra. Presidente da Junta responde, no que se refere aos registos dos terrenos mencionados, que julga que estão registados, sendo que a Sra. Ana Almeida confirma que não se encontram registados, porque não constam das cadernetas prediais da Junta de Freguesia e sugere que se faça uma reconstrução do que foi doado e vendido, neste últimos quatro anos, e solicita informação do ponto de situação numa próxima assembleia de forma a ficar tudo devidamente esclarecido. Intervém o Sr. Frederico Bastos, que questiona a Sra. Ana Almeida se a doação foi apenas apalavrada, ao qual esta passa a explicar que, em 2017, no final do mandato do Sr. António Aguiar, o Sr. Magano doou quatro artigos: dois rústicos e dois urbanos. Nessa altura, foi alvo de apreciação e votação em assembleia, tendo sido aprovado aceitar a doação. Uma vez que houve quase de imediato a mudança de executivo e, como isto abriga a dar permissão à presidente de junta à data, para poder efetuar a escritura e pagamento do registo veio, em 2019, novamente à assembleia o pedido para dar autorização à presidente de Junta de Freguesia em funções, para intervir na escritura e registo dessas quatro doações, tendo sido atribuído. Acrescenta que, neste momento, para além de não aparecerem na listagem estes quatro artigos, tem conhecimento que não estão no nome da Junta de Freguesia, deduzindo-se então que a escritura eventualmente poderá ter sido feita. A Srª Presidente de Junta intervém, confirmando que a escritura está feita. Pede a

ATA N.º 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

palavra a Sra. Patrícia Rocha, que informa que se houver escritura teria de haver o registo, acrescentando a Sra. Ana Almeida que falta o registo, pois na caderneta predial não constam estes bens em nome da Junta de Freguesia. A Sra. Presidente de Junta reitera ter estado presente na escritura, pelo que a Sra. Ana Almeida ratifica que falta o registo. O Sr. Frederico Bastos pede a palavra, dirigindo um apelo à Junta de Freguesia no sentido de intimar quem fez a escritura, pois também tem a responsabilidade de fazer o registo. A Sra. Patrícia Rocha contrapõe que não é assim, informando que o responsável pelo registo é o comprador, sendo que, por norma, o notário, por facilitismo ao cliente, questiona a pessoa se pretende que se trate do registo, não sendo, no entanto, obrigado a tal. Se o registo for feito fora do prazo, o custo já será superior. O Sr. Frederico Bastos contrapõe esta informação, informando que os terrenos em causa foram, primeiramente, propostos a si como negócio que, não tendo interesse no mesmo, sugeriu a doação à Junta de Freguesia. No entanto, ficou com um terreno ao lado dos artigos em causa, e no mesmo dia em que foi feita a escritura, os serviços trataram também do registo. Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente deu seguimento à sessão. -----

Ponto três: Apreciação e votação da adesão à ANAFRE. -----

O Sr. Presidente da Mesa questiona se a Sra. Presidente de Junta quer dar algum esclarecimento sobre a importância de adesão à ANAFRE, sendo dada a palavra ao Sr. Secretário João Moreira, que informa existirem diversas vantagens por a Freguesia ser sócia desta entidade, nomeadamente em protocolos e subsídios dos quais possamos vir a usufruir, e informação e apoio administrativo que fornecem. Intervém a Sra. Patricia Rocha, questionando o Sr. Secretário relativamente à data e ao motivo que levou o anterior executivo a rescindir contrato com a ANAFRE, e compreende que o mesmo não saiba. Indica que *“a vinte e nove de abril de 2021, o executivo da qual fazia parte a D. Constança, na altura como tesoureira, propôs a anulação da inscrição da JF de Carregosa como associada da Anafre. Na altura, o custo anual de 370€ (trezentos e setenta euros) não se justificava até porque a formação e apoio necessário seria assegurado pelos serviços da Globalsoft. Esta empresa vai-se manter? Na altura foi referido que o contrato seria apenas de um ano de forma a dotar a funcionária*

ATA Nº 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

administrativa... isto em 2019. Assumindo tudo isto, qual a razão de agora passarem a ser associados? Nós somos a favor, tal como fomos contra da saída em abril de 2019, mas perante as justificações na altura, qual o motivo da mudança de opinião? Só para ficar registado, qual vai ser o custo desta inscrição?" O Sr. Secretário refere que o custo anual é 0,06% do FFF. A Sra. Ana Almeida contrapõe que não tendo sido anulada há dois anos, não haveria necessidade de custo de inscrição agora. Colocado a votação, este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto quatro: Apreciação e votação sobre a Adenda ao Protocolo Interadministrativo nº 84/2021 (Obra do Parque Verde), para adiantamento da verba 17.500€. -----

O Sr. Presidente da Mesa dá a palavra à Sra. Presidente de Junta, que a cede à Sra. Tesoureira, a qual procede a explicar que é uma questão de formalidade, pois para se fazer face a questões de tesouraria para ser possível liquidar o auto de março, o município adiantou a verba de 17 500€ (dezassete mil e quinhentos euros), cujo adiantamento necessita de aprovação nesta assembleia, e tendo sido já utilizado para liquidar o auto de março. O Sr. Presidente questiona a assembleia se têm dúvidas neste ponto, e não havendo, o coloca a votação. Este ponto foi aprovado por unanimidade. ----

Ponto cinco: Apreciação e votação da tabela de Emolumentos. -----

O Sr. Presidente dá a palavra à Sra. Tesoureira, que explica que, tendo sido enviada a tabela à assembleia, infelizmente a proposta apresentada é uma necessidade face ao tempo que estamos a viver, não é com agrado que se apresenta esta proposta de atualização dos valores, que tem implicação direta principalmente no serviço do SAF e das cisternas. A proposta, a nível do SAF, é uma atualização, em média, de 0,50€ (cinquenta cêntimos) em cada atestado ou documento solicitado, e nas cisternas, a atualização é na ordem dos 5€ (cinco euros) por cada cisterna, aumentando para 25€ (vinte e cinco euros) e as seguintes para 15€ (quinze euros). Também a taxa de atualização do auditório se propõe aumentar para 120€ (cento e vinte euros), mantendo a isenção e o apoio que é dado às coletividades. O Sr. Presidente da mesa questiona se, caso o aumento dos combustíveis se continue a verificar, se os valores apresentados na proposta se irão manter. A Sra. Tesoureira responde que espera que os aumentos deixem de se verificar, e caso os preços voltem ao que eram pré-guerra, a perspectiva é que os valores das taxas também acompanhem estas atualizações. No entanto, caso continuem

ATA N.º 3

Folha 35

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

a subir, a tabela poderá ter que ser revista pois, principalmente, o serviço das cisternas é o que sustenta o trator e o custo do combustível. A Sra. Tesoureira termina indicando que espera que não seja necessário fazer mais nenhuma revisão à tabela de taxas pois não é com nenhum agrado que é feita esta proposta. A Sra. Ana Almeida solicita palavra, indicando que *“Notamos que o valor da requisição de cisterna e serviços associados, apesar do aumento não ser grande, porque não é - não é só o gasóleo, não é só a manutenção, é o custo da mão de obra, tudo aumentou e é preciso fazer face, infelizmente é preciso - o valor por si só é pouco significativo, mas torna-se justificativo julgando pelo valor de receitas em 2021, que a necessidade de recorrer a este serviço é muito grande. Não havendo saneamento este é um dos serviços fulcrais que a freguesia deve prestar aos seus fregueses. Tendo em conta que nos próximos quatro anos não seremos brindados com o saneamento em Carregosa, ao contrário de grande parte do território de OAZ, tal como o presidente da câmara referiu numa assembleia em que aqui esteve “antigamente às vezes até havia aqueles filhos que nem com as espinhas do peixe ficavam”, tendo em conta que o custo de manutenção do trator e custos associados, não será possível um apoio por parte da câmara a este serviço, já que não temos saneamento, ao menos temos apoio a este serviço, em que Carregosa não preenchia os requisitos para o saneamento mas na realidade precisa tanto? Na verdade, não deve ser difícil tendo em conta que a CMOAZ em 2021 fechou as suas contas com um saldo de gerência de cerca de 29 milhões de euros.”* A Sra. Presidente reconhece que o aumento da taxa não é justo para os carregosenses, mas a recolha de cisternas não é uma fonte de rendimentos, é uma prestação de serviços onde os custos superam as receitas, e seria de facto ouro sobre azul se existisse apoio da parte da câmara municipal. Terá que ser pensada uma forma de reduzir os custos do serviço, principalmente com a manutenção do trator. A Sra. Ana Almeida coloca a sugestão de, nas freguesias que agora estão a beneficiar do saneamento, se não haveria forma de nos ajudarem com material que já não necessitem. Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente coloca este ponto a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

Ponto seis: Apreciação e votação para correção de postura de trânsito. Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

ATA Nº 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

O Sr. Presidente passa a ler a proposta da Junta de Freguesia com várias alterações à postura de trânsito: Via pública sem saída, Rua do Jogo às Carreirinhas; Aproximação de estrada com prioridade no entroncamento da R. Mestre Bernardo com a Avenida Ferreira de Castro; Trânsito proibido a automóveis pesados, no cruzamento da R. Padre Joaquim Aguiar, para a R. do Colégio, e no cruzamento da R. do Ribeiro para a R. do Colégio, atendendo à largura da via; Trânsito proibido a automóveis pesados nas duas extremidades da R. Mártir S. Sebastião, atendendo à largura da via; Obrigatoriedade de virar à direita, na R. do Serrado, junto ao número de polícia 88, no sentido da R. da Lomba; Aproximação de travessia para crianças, na R. João Correia, na aproximação do Centro Escolar de Azagães; Sentido Obrigatório à direita, no entroncamento da R. dos Balinhos, com a R. São Salvador, tendo em conta a fraca visibilidade à esquerda e possibilidade de inversão de marcha na rotunda do limite; Sentido obrigatório à direita no entroncamento da R. da Fontanheira com a EN227; Sentido obrigatório à direita no entroncamento da Avenida Ferreira de Castro com a EN227. -----

Toma a palavra o Sr. José Augusto Santos, menciona que algumas das propostas apresentadas já foram debatidas anteriormente, acrescenta que a zona de Azagães carece de uma análise mais exaustiva no que respeita à postura do trânsito atendendo à largura das vias, nomeadamente colocação de um sinal de sentido único na R. Mártir S. Sebastião, pois considera essa saída muito perigosa. Na sua opinião, deveria ser pedida a intervenção do gabinete de trânsito e trazê-los ao local para fazerem um estudo no sentido de melhorar a postura de trânsito neste lugar, colocando sentidos proibidos onde fossem pertinentes, consciente que estas alterações poderão ser alvo de crítica inicialmente, mas conclui que é uma questão de tempo para se adaptarem. Em relação à Lomba, para além do sinal de obrigatoriedade de virar à direita, no cimo da R. do Serrado, no sentido descendente, colocar um sinal de estrada de sentido único, sendo que quando a via estreita termina colocar um sinal de via de dois sentidos. Ainda no lugar da Lomba, carece de um sinal de proibido a trânsito de pesados, explica que provoca muitos constrangimentos. Considera que as restantes propostas de alteração estão em conformidade. A Sra. Presidente da Junta informa que estas propostas de alteração serão enviadas para a Câmara Municipal para serem alvo de análise e

ATA N.º 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

aprovação, ou não. O Sr. José Augusto Santos acrescenta, saber que estas alterações não dependem da aprovação da Junta de Freguesia, mas sim, da Câmara Municipal. Pede a palavra o Sr. Frederico Bastos acrescentando que na R. João Correia no cruzamento com a R. S. Salvador, a fim de minimizar o congestionamento do trânsito, propõe pintarem o pavimento no lado da R. Sta. Luzia e a R. João Correia poderá ajudar. O Sr. José Augusto Santos, ainda sobre este ponto, acrescenta duas anotações, na saída da R. do Calvário, existe uma paragem de autocarros que retira totalmente a visibilidade aos condutores que estão a sair para virar no sentido a Arouca, e uma das soluções que propõe é envidraçar essa paragem de autocarros. Intervém a Sra. Ana Almeida apelando à necessidade de colocação de espelhos em determinados pontos na R. S. Salvador. No seguimento do exposto o Sr. José Augusto Santos retoma a palavra, propõe que os caixotes do lixo junto ao restaurante “Giralamas”, sejam alvo de análise de recolocação, pois retiram a visibilidade ao longo dessa reta. Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ----- Terminando o período da ordem do dia, o Sr. Presidente deu continuidade à sessão no espaço destinado à intervenção do público, questionando se haveriam interessados em participar. Inscreveram-se a Sra. Paula Rocha e o Sr. Jorge Amorim. ----- Feita a chamada individual, a Sra. Paula Rocha intervém desejando uns bons quatro anos ao executivo, indicando que o melhor está por vir e que sabe que não é fácil, mas com certeza irá correr tudo bem. Aproveitando as sábias palavras do Sr. Presidente, a pensar no público que está deste lado, reconhece que nos últimos quatro anos não foi assídua precisamente porque concorda que estes sítios e estes momentos não servem para lavar roupa suja, e como não se queria incomodar nem ser indelicada com ninguém, optou por não vir. Já antes, pelo exercício que tinha, e antes desse sempre teve curiosidade e gosto em vir. O que pede, sendo um reparo e uma observação, como se deve compreender, para quem está do lado do público, apesar de saber que há assuntos que são estritamente do conhecimento de quem faz parte da assembleia, é ingrato não se perceber sobre o que se está a falar, referindo que o único ponto que percebeu foi aquele em que a Sra. Tesoureira explicou sobre os aumentos, porque houve uma explicação sobre o que se ia fazer e os valores. O que pede ao executivo é que deve ser feita uma

ATA N° 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

abordagem inicial aos assuntos. As contas não foram contextualizadas, o executivo remete que a assembleia tem os documentos e não é para isso que o público vem a uma assembleia. Termina com opinião sobre a intervenção do Sr. António Aguiar, que não se tratou de lavar roupa suja, foi uma evidência que às vezes só se compreende com comparações, considerando que o português é correto que contra factos não há argumentos, e só os aceita quem quiser. A Sra. Presidente responde agradecendo a boa observação efetuada. -----

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Jorge Amorim, o qual inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes. Refere que fará alguns reparos ao que foi dito, dando a sua opinião e eventualmente uma solução, acrescenta ainda que, todas as críticas por ele mencionadas serão sempre no sentido construtivo. Em primeiro lugar, comenta a observação feita pelo Sr. José Augusto Santos no que respeita ao depósito do lixo, concorda com a formação de uma equipa de pessoas para uma abordagem mais pessoal no porta a porta, a fim de informar e sensibilizar, não obstante o principal problema estar na mentalidade das pessoas, o que é muito difícil de mudar. Uma outra observação é referente à intervenção do Sr. António Aguiar, no que concerne ao nome da escola de Carregosa, uma vez que se foi aprovado em assembleia essa alteração deve ser feita, no entanto, discorda do motivo apresentado pelo Sr. António Aguiar, alegando que o nome atribuído à escola não acrescenta orgulho aos alunos que nela frequentam, apesar de que a formalidade conta muito. No que se refere à intervenção da Sra. Paula Rocha, relativamente a ser feito pelo o executivo um enquadramento inicial nomeadamente na apresentação das contas, concorda que deve ser feito, para que o público consiga desta forma acompanhar e compreender melhor. Um outro ponto que refere é a situação dos registos, até porque a ACMAP pretende restaurar dois moinhos em Carregosa, sendo que um deles tem apenas um proprietário, sendo simples, dirigiram-se ao proprietário que redigiu acordo mencionando que a ACMAP tem autorização para o restauro. O segundo moinho tem seis proprietários, e considerando que o moinho está devoluto há muitos anos, a ACMAP estaria disposta a registar o moinho e pagar o respetivo registo, caso mais tarde algum proprietário reclamasse, sem prejuízo, pagaria o custo da obra feita e entregar-se-lhe-ia o moinho. Iniciaram a limpeza no moinho, e apareceu um dono que pretendia vender o moinho, por conhecimento de causa o Sr. Jorge Amorim sabe

ATA N.º 3

Folha 37

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

que essa pessoa não consta como proprietária na matriz do moinho, isto porque a parte que pertence a essa pessoa ainda se encontra no registo em nome de um familiar já falecido sendo esta a herdeira. Explica esta situação apenas para explicar a importância do registo. Dando continuidade à sua intervenção, menciona que a ACMAP acabou as limpezas em Currais há cerca de quinze dias, trabalho que demorou sete meses a ser concluído, e vão iniciar a limpeza no Parque Verde até à Pedra Má. Está consciente que apesar de ser em princípio um local relativamente fácil de limpar, poderá tornar-se o mais difícil, porque envolve muitos proprietários podendo complicar a evolução da limpeza. Conclui que o objetivo da ACMAP não é apoderar-se dos terrenos, apenas deixá-los limpos, e melhorá-los para que o trabalho feito se perpetue, seja com trilhos, pontes ou outras estruturas. Com as limpezas dos terrenos, a ACMAP, em Currais, identificou seis maninhos, que posteriormente foram limpos, e muito bem na sua opinião, e já estão identificados. Dando continuidade a sua intervenção, refere a estrada que alacou à passagem do madeireiro, independentemente de quem foi o responsável, na sua opinião é de fácil resolução, basta colocar lá meio metro cúbico de alcatrão. Um outro ponto que refere é a vedação de um terreno particular, efetuada há cerca de três anos, que foi feita em domínio público, na beira da estrada, ganhando desta forma o proprietário alguns centímetros de terreno, fez ainda uns muros nos campos junto ao rio com uma viga cinta até ao rio, foi feita uma chamada de atenção, inclusive foram fiscais ao local, que mandaram colocar abaixo o muro até dez metros, como é exigido por lei, contudo a viga cinta continua lá. O proprietário recentemente vedou todo o terreno (na Ponte da Baralhosa), fazendo ainda um beiral para cima do rio e colocou um portão, que está fechado. Na sua opinião, tal feito é ilegal, questiona se a Junta de Freguesia irá pedir esclarecimentos à Câmara Municipal relativamente a esta situação, pois caso não o faça, a ACMAP fará o pedido de esclarecimento diretamente à Câmara Municipal pois, caso haja licença para a obra, irá ser pedida prova a quem emitiu a licença porque motivo, e perante a lei, foi feita aquela barbaridade, porque o mesmo proprietário também já vedou outro terreno mais à frente. O Sr. Jorge Amorim questiona a obra do cemitério, pois recorda-se que havia uma dívida que transitava do anterior mandato, não se recorda do valor, e questiona, apesar de alguns esclarecimentos já prestados sobre

ATA Nº 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

este assunto, se do que foi construído no cemitério, se as vendas cobriram os custos da obra, pois acha que o cemitério é autossustentável. Sobre a sinalética, questiona a situação da pequena rotunda que existe em Silvares, se fica homologada ou não, e tece críticas ao executivo sobre as sugestões dadas pois são pouco arrojadas, indicando que faz falta a colocação de uma linha amarela na frente da igreja até à R. da Saudade, pois o estacionamento dos veículos de ambos os lados da estrada dificulta o trânsito. Sugere também a aquisição dos terrenos atrás do estacionamento do cemitério para que seja alargado o estacionamento junto à Igreja, sabendo bem da dificuldade que essa pretensão apresenta pois há pessoas que não querem a evolução de Carregosa. O Sr. Presidente de mesa intervém para alertar o Sr. Jorge Amorim para que finalizasse a sua intervenção, acrescentando que o mesmo já usou mais do dobro do tempo estipulado e se estaria aqui a criar um precedente. O mesmo compreende e compromete-se a ser o mais breve possível. Dando continuidade à sua intervenção, relativamente às tampas nas estradas em Silvares e na Fontanheira propõe que se a Câmara Municipal não tapar, que o faça a Junta de Freguesia; sobre o poste que foi colocado na Ponte das Matas, indica que será para retirar até quando a ACMAP chegar a esse local, para que se possam colocar os resguardos na ponte, como foi feito em outras; pede que os alcatroamentos não sejam feitos somente no ano das eleições, e os que vão sendo feitos sejam com alcatrão bom, dando como exemplo Chão da Silva, que já está a sair tendo sido a rua pavimentada à pouco tempo; pede ao executivo que intervencione as rotundas de Carregosa, pois estão a precisar de grande melhoramento; dá o exemplo de Cesar, onde a Junta de Freguesia, nos passeios em frente à escola que se encontravam destruídos pelas raízes das árvores, foram levantadas as patelas e recolocadas, tendo ficado bem; sobre o trânsito no centro da vila, opina que a título experimental seja colocado sinal de proibido a pesados no sentido da Igreja para a Cavadinha, fazendo-se aqui um passeio, e desviando-se o trânsito por trás da escola; finalmente, termina referindo-se de forma indignada à comunicação enviada pela Indaqua, de forma intimidatória, para que seja feita a ligação à rede de água, indicando que vai passar a ler a sua posição sobre o assunto, na forma de carta que irá enviar diretamente à Indaqua, e questiona a posição da junta de freguesia sobre este assunto. Para efeitos desta ata, sendo resposta privada e não tendo havido pedido para constar anexo, o conteúdo da carta não ficará registado. --

ATA N.º 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

O Sr. Presidente da mesa, relembra o Sr. Jorge Amorim que as intervenções do público estão limitadas a cinco minutos, apesar de que a intervenção foi pertinente para Carregosa. O Sr. Presidente da mesa questiona a Sra. Presidente da Junta se pretende responder às intervenções efetuadas, a qual ao tomar da palavra se dirige à Sra. Paula Rocha referindo que o executivo vai procurar melhorar as suas exposições para ser mais esclarecedor durante as assembleias. Ao Sr. Jorge Amorim, a Sra. Presidente informa que sobre o lenheiro, foi feita tentativa de contacto sem sucesso, mas que a situação será regularizada a fim de se evitarem conflitos com a pessoa. Sobre o portão, a Sra. Presidente tomou o cuidado de ir ao local ver, e na suspeita que possa ser construída uma casa, a situação foi encaminhada para o departamento municipal e já se encontra em análise. Sobre o cemitério, a Sra. Presidente acrescenta que também estão disponíveis para venda os columbários, e perante a questão se as obras efetuadas foram sustentáveis, responde que as obras foram sendo pagas com aquilo que foi sendo vendido, mas o arranjo urbanístico também consumiu muitos recursos, tendo ficado algum valor por liquidar. Sobre as tampas nas R. da Fontanheira, João Correia e Padre Joaquim Aguiar, aproveitando para responder também ao Sr. António Aguiar, a finalização não é responsabilidade da Câmara, mas do empreiteiro que executou a pavimentação, e se realmente há fregueses a tapar as tampas o material vai rebentar, pois a massa de finalização é específica, e no momento não tem data específica para apontar para conclusão do trabalho, lamentando. O Sr. Secretário solicita a palavra, explanando que desde a tomada de posse deste executivo que foi das primeiras coisas que foi solicitado ao executivo da câmara a conclusão destas ruas, sendo que a essa data não tinham conhecimento que essas ruas ainda estavam por concluir. Há cerca de mês e meio, o Sr. Presidente da Câmara veio a Carregosa, e perante a persistência da situação, notificou o empreiteiro com prazo para conclusão de quinze dias, que não foi novamente cumprido pelas Construções Carlos Pinho. O Sr. Secretário refere ainda a situação na EN224-1, R. D. Manuel II, para a qual desde dezembro o executivo está a pugnar pela sua reparação junto das Infraestruturas de Portugal, S.A., inclusive com a ajuda do Sr. Presidente da Câmara e com a ameaça de ser chamada a comunicação social para denunciar a situação. Sendo estrada nacional, o município não pode intervir,

ATA N° 3

Sessão Ordinária, 20 de abril de 2022

mas a determinada altura foi solicitado material à câmara, que os funcionários da junta aplicaram na tentativa de atenuar a degradação do piso, apesar que com chuva a durabilidade é muito reduzida. Em resposta à questão do Sr. Jorge Amorim sobre o desvio do trânsito de pesados para o centro da vila, o Sr. Secretário indica que este executivo não é da opinião que se desviem os pesados para o centro da vila, pois para além das estruturas que o centro dispõe, enquanto os pesados circularem na EN, a responsabilidade de reparação do piso é desta entidade, se for alterado para as estradas municipais passa a ser mais uma responsabilidade do município. Foi dada a sugestão, pelo Sr. Secretário da mesa Leonel Silva, da colocação de semáforos para circulação alternada na R. D. Manuel II, sendo uma ideia que ainda está em discussão. Sobre a rotunda de Silveiras, o Sr. Secretário adianta que o executivo tem pretensões que se faça ali algo com condições. -----

Nada mais havendo a tratar foi encerrada esta sessão, por volta das vinte e três horas e trinta minutos, elaborada a presente ata por minuta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, por mim, Primeira Secretária, e pelo Segundo Secretário. -----

Assinam: -----

Presidente: *Henrique Pimenta Vieira*

Primeira Secretária: *Vera Dávila Mendes de Jesus*

Segundo Secretário: *Leonel Correia de Silva*